

Oliveira, Luísa Tiago de (2024). *A caminho do 25 de Abril. Uma organização Clandestina de oficiais da Armada*. Lisboa: Edições 70, 288 p., ISBN: 978-97244-2847-5

Há muito que Luísa Tiago de Oliveira se dedica ao estudo do passado próximo, isto é aos últimos 50 anos da história nacional. Defendeu uma tese de doutoramento sobre o Serviço Cívico Estudantil (1975-77) e tem dedicado diversos estudos à transição para a democracia, a culturas de resistência – caso do movimento estudantil – e outros movimentos sociais e políticos.

A historiadora pratica o que em alguns meios historiográficos se tem designado de história do presente – assim, na França e na Alemanha os historiadores que, desde os anos 70 do século passado, têm estudado o tempo que se inicia no pós II Guerra Mundial e que vem até aos dias de hoje. A designação é discutível (o presente é uma fina película que logo se volta em passado, e aliás coexistem múltiplas temporalidades em cada presente). E deve lembrar-se que nos seus primórdios, na Grécia antiga, historiadores como Heródoto e Tucídides estudavam o passado próximo (a Guerra do Peloponeso, no caso deste último). É certo que durante a ditadura do Estado Novo, confundia-se intencionalmente, por vezes, história contemporânea, jornalismo e política. E mesmo em países democráticos, nos anos 60 e 70, a esmagadora maioria dos historiadores dedicava-se a estudar passados mais remotos (medieval e moderno). Mas foi justamente nos anos 70 que as atitudes em relação ao passado mudaram rapidamente, num tempo em que novo impulso de mundialização e aceleração da história tornou a realidade vivida mais complexa e opaca. Tornou-se evidente para muitos que o estudo do passado próximo é absolutamente indispensável para compreender a mudança trepidante que se foi acentuando. Os argumentos invocados habitualmente contra uma história do contemporâneo mais próximo, segundo os quais não é possível distanciação, e que muita documentação

de arquivo ainda não está acessível, não bastam: sem esquecer a relevância destas fontes, há muitas outras em que se pode fundamentar o trabalho historiográfico.

A obra que Luísa Tiago de Oliveira vem desenvolvendo é um bom exemplo que contraria aqueles argumentos. Não só pela variedade de documentação a que recorre (fontes de arquivos públicos e privados, imprensa periódica, entrevistas, etc.), como pelo rigor com que pratica uma história do século XX pautada pela isenção (que não é sinónimo de neutralidade). Por isenção quero dizer independência e sentido crítico. Independência é aliás uma das características maiores da historiadora, não apenas no coerente trabalho que vem desenvolvendo. Outra marca do seu trabalho é uma posição universalista, isto é, a ideia de que o trabalho historiográfico se dirige a todos os leitores e não a um qualquer grupo identitário, seja ele qual for, minoritário ou maioritário.

Neste livro elegeu um tema que vem estudando há muito. Um tema pouco conhecido (excetuem-se os estudos de Manuel Martins Guerreiro e do historiador catalão Sanchez Cervelló): a Organização Clandestina de Oficiais da Armada, uma organização de jovens oficiais («todos tinham menos de 40 anos e grande parte menos de 30», p.173) que se foi constituindo desde 1967 contra a ditadura, pela conquista da liberdade. Que papel teve antes da revolução esta organização que veio a contribuir para o MFA? Assim se enuncia a pergunta central que norteou o livro. Os militares que nela participaram nunca lhe deram nome, «talvez por precaução, para que não pudesse ser nomeada» (explica a autora), uma organização política clandestina que se foi formando num contexto ditatorial e de guerra colonial. Legitimamente, foi a própria historiadora que a designou de Organização Clandestina de Oficiais da Armada. Alguns oficiais que entrevistou chamaram-lhe «a Organização» ou «a Unitária». Segundo Miguel Judas: [em Abril de 74] «a Unitária tinha talvez à volta de 80 pessoas, com um funcionamento semanal regular – era uma organização democrática, para a mudança, com essa consciência» (p.160).

Mas Luísa Tiago de Oliveira apurou que a Organização chegou a atingir cerca de 250 oficiais, o que representava cerca de 18% do total de oficiais da armada do quadro permanente (que eram 1407 em 1974). E compara estes números com os relativos ao Exército: neste outro ramo das forças armadas, o mais numeroso, quase 17% dos oficiais tiveram alguma participação nas operações que levaram ao 25 de Abril: 703 em 4165 do quadro permanente de oficiais.

Sublinhe-se o relevante contributo de um método de história oral adotado neste trabalho. Cerca de 34 entrevistas gravadas e depoimentos recolhidos entre 2008 e 2023 constituem narrativas, muitas delas de grande valia. Há nelas,

para além do seu carácter individual, uma dimensão de memória de grupo. Mas essa memória dos oficiais da marinha foi de algum modo subalternizada logo após o 25 de Novembro, quando o processo revolucionário chegou ao fim. A própria historiadora transporta consigo uma memória vivida e está consciente que as memórias são permeáveis ao sentimento, à emoção e à subjetividade (poderia acrescentar-se, ao sonho). Diríamos que são frágeis. E que ao lado de uma memória «mais quente» se constrói uma história «mais fria», correspondendo a uma exigência de verdade.

Mais discutível é o uso do conceito de «golpe» – a par de «levantamento» ou «operação militar» para as ações militares do dia 25 e próximos (p.33): nem todos os golpes de estado envolveram mobilização popular de rua (há golpes palacianos). No pronunciamento militar do 25 de Abril, depressa as ações do MFA foram acompanhadas pelo povo que encheu as ruas das maiores cidades, entrecruzando-se com «movimentos sociais e políticos» de diferentes orientações, logo se transformando em revolução e Processo Revolucionário em Curso (PREC).

De muito interesse é o capítulo dedicado às trajetórias sociais e à formação dos oficiais da marinha com destaque para a Escola Naval, uma escola de elite que, todavia, se foi transformando. Nas últimas décadas do Estado Novo, a origem social dos oficiais alargou-se, assistindo-se a uma mudança na composição social da Escola, bem como das graduações iniciais da carreira. A par desta mudança foi-se verificando uma politização de oficiais que se foram tornando mais conscientes do seu lugar na sociedade.

Na organização clandestina da armada, três personalidades revelaram-se fundamentais: Manuel Martins Guerreiro, Carlos de Almada Contreiras e Miguel Judas. Todos eles foram protagonistas relevantes na preparação do 25 de Abril. Miguel Judas, então comunista, qualificou a sua participação nos acontecimentos como «rebeldia», sentindo-se um «libertário» – na entrevista que deu à autora usou repetidamente estes termos para caracterizar o seu perfil. Tema para um outro trabalho seria o de averiguar em que medida alguns dos valiosos testemunhos recolhidos pela autora se traduzem numa idealização de memória individual que mostra também como esta transporta consigo, não raras vezes, imprecisões ou até versões contraditórias dos mesmos acontecimentos.

Destaquem-se dois tópicos respeitantes à cultura dos oficiais da marinha: cosmopolitismo e consciência política. Com base nas entrevistas, caracteriza-se a cultura naval num sentido muito amplo como um conjunto de

preceitos de bem-fazer, necessidade de organização e valorização da eficácia e de eficiência, disciplina, pontualidade (...) respeito pela individualidade e por regras formais para que seja viável a vida em

comum por muitos dias num ecossistema específico como num navio (...), omnipresença da técnica, atenção à cultura científica e tecnológica mas também às artes visuais, à música, à literatura e às línguas, valorizando muito a prática da leitura (p. 78).

No seu testemunho, Jorge Correia Jesuíno lembra «uma cultura pautada pelo rigor e pela lealdade» (p. 74-75). Manuel Martins Guerreiro cita o ditado «se vais para o mar, avia-te em terra», no sentido de «estudar e prevenir». Notou ainda que na Marinha havia uma cultura naval e «especialidades todas fundidas a bordo dos navios». E Miguel Judas emprega uma metonímia muito significativa: «um navio é uma pátria», isto é, um microcosmos com uma dinâmica própria, marcada por um sentimento de pertença a um coletivo maior.

Os entrevistados também sublinharam a abertura cultural e política proporcionada pelas viagens. Mas não só. Lembre-se que desde o século XIX fora-se construindo uma tradição de associativismo que teve uma função de grande relevância na formação dos oficiais da armada. Essa tradição remontava a 1839 com a fundação da Associação Marítima e Colonial (que editou os *Anais Marítimos e Coloniais*) e o Clube Militar Naval instituído em 1866 e logo iniciaria a publicação dos *Anais do Clube Militar Naval*, relevante revista cultural e científica que ainda hoje se publica. Sem esquecer a Liga Naval Portuguesa, fundada em 1901. Referimo-nos a uma cultura científica, técnica e humanística que vai da náutica, da cartografia e da astronomia à medicina tropical, passando pela hidrografia, mecânica e artilharia, entre muitas outras especialidades. Uma cultura marcada, em muitos casos, por experiências de vida cosmopolita. Um dos oficiais que teve uma formação superior universitária no estrangeiro foi Manuel Martins Guerreiro, que chegou a viver em Génova, em Itália, de 1965 a 1969. A consciência política foi outra das marcas de boa parte desta geração de oficiais. As eleições de 1969 (a que concorreram a CDE e a CEUD) e as de 1973 (com a CDE) tiveram indiscutível impacto na Escola Naval. E a resistência ao Estado Novo foi-se alargando.

Por outro lado, a cultura naval abriu-se à sociedade civil. No Clube Militar Naval organizaram-se debates, antecedidos por oficinas de «dinâmica de grupos», então muito em voga, orientadas por Rui Grácio. Entre 1968 e 1974, intelectuais como Urbano Tavares Rodrigues, Augusto Abelaira, João Bénard da Costa, António Pedro de Vasconcelos, Maria Lamas, Isabel da Nóbrega, Sérgio Ribeiro e Armando Castro proferiram palestras. Também Alfredo de Sousa lecionou um curso de Economia. Foram discutidos temas muito variados: *Sistemas de promoção na Marinha, Parque marítimo nacional, Ensino Pré-Escolar, Crise da Checoslováquia, Cinema, Situação da Mulher, Marx e*

a crise do estruturalismo. Nestas sessões, participaram as mulheres de muitos oficiais, também na sua preparação.

Em 1971, oficiais da marinha começam a ministrar cursos dirigidos a praças do primeiro ao quinto ano liceal no Ministério da Marinha assim como no Clube Desportivo da Cova da Piedade, na sequência do que já fora praticado pontualmente em navios. Também promoveram aulas na Guiné sobre história de África.

Noutros campos de intervenção, oficiais mais politizados organizavam debates sobre filmes como *O Couraçado Potemkin* (1925) de Sergei Eisenstein ou sobre a Guerra do Vietname. E discutiam-se Livros como, *O Processo Histórico* de Juan Clemente Zamora, *Le Matérialisme Dialectique* de Henri Lefebvre e *Princípios Elementares de Filosofia* de Georges Politzer, que vulgarizavam uma perspetiva marxista.

Carlos Almada Contreiras deu a este respeito um testemunho muito significativo:

A nossa oposição ao Estado e ao sistema, algo platónica, seria marxista. A independência das colónias, o anticapitalismo, a reforma agrária, os direitos humanos, faziam parte deste reportório. Não era sistematizado, mas estava lá. Nunca houve qualquer ideólogo marxista entre nós. Íamos lendo as primeiras páginas e trazíamos aquelas ideias. Essas ideias vinham “dos Maios de 68” e eram divulgadas pelas forças progressistas (p.177).

E ainda: «Em Moçambique, nos anos 66 e 67, com o João Freire e o Simões Teles (...) já discutíamos a questão da Guerra. No fundo, estávamos na fase das interrogações. Começámos a ler. Em 68, em Angola ou São Tomé, recebia periodicamente quer o *Monde Diplomatique* quer o *Comércio do Funchal*» E mais tarde: «estávamos de acordo com a luta dos movimentos de libertação, defendíamos claramente uma posição anticolonial como a deles» (p. 155-156).

Em 1968, a notícia da queda de Salazar de uma cadeira e da sua substituição como Presidente do Conselho de Ministros, ao ser transmitida oficialmente aos cadetes embarcados na Sagres em viagem de instrução foi recebida com uma salva de palmas espontânea. E houve desertores. Desertaram mais de uma dezena de oficiais do quadro permanente: João Freire, José Ferraz Nunes, e oficiais que estavam a cumprir o serviço militar obrigatório na Marinha – caso de Valentim Alexandre, entre outros.

Um ano antes da revolução de 1974, mais de uma dezena de oficiais e três cadetes da Armada alguns deles acompanhados pelas mulheres, assistiram clandestinamente ao Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, em abril de 1973.

Na Organização Clandestina de Oficiais da Armada havia alguma desconfiança face às intenções e capacidades dos militares revoltosos. Já em 1974, perante o insucesso do levantamento militar das Caldas da Rainha (16 de março), veio a sugerir-se o conceito de «neutralidade activa», que se traduziu na decisão (que não viria a ser cumprida) de não participar diretamente no pronunciamento. Esta atitude cautelara, adotada pouco antes do levantamento das Caldas, não terá sido estranha, segundo Mário Simões Teles, a alguma desconfiança em relação à possível influência de Spínola e dos seus próximos no movimento que se desenhou no Exército – atitude cética latente entre os oficiais da Marinha mais jovens e os do PCP que todavia não os impediu de desenvolverem contactos com militares dos outros ramos das forças armadas, nomeadamente com Melo Antunes. Com ele trabalharam clandestinamente na elaboração de um Programa de ação para a transição para a democracia – caso de Martins Guerreiro –, e continuaram a reunir com os conspiradores.

Mas nem todos os oficiais eram progressistas. A autora lembra Alpoim Calvão, originário de família monárquica (miguelista) e que, muito ligado a Moçambique, negava a existência de racismo na colónia em que cresceu e em geral.

Se a ação do exército foi decisiva nas operações militares do 25 de Abril, a marinha teve ainda um papel relevante na definição do programa do MFA, na escolha de um símbolo maior da revolução – a canção «Grândola vila morena», de José Afonso – e na escolha de políticos para os órgãos de topo, caso da Junta de Salvação Nacional, em que estavam Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho. Sem esquecer que no dia 25 de Abril foi confiada aos fuzileiros uma operação de alto risco: o assalto à sede da PIDE, na rua António Maria Cardoso, no coração de Lisboa.

Uma última nota para salientar, a par do excelente aspeto gráfico desta edição, a reprodução de fotos e outra documentação inédita de grande valor e com boa definição. Há livros que acrescentam conhecimento e abrem horizontes de investigação. Esperamos a continuação deste tão valioso estudo para o período seguinte, o do PREC.

SÉRGIO CAMPOS MATOS
Universidade de Lisboa, Centro de História
sergiocamposmatos@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8521-5817>